

---

# POLÍTICAS BASEADAS EM LOCALIZAÇÃO: O CASO DO BANCO DO NORDESTE NO ESPÍRITO SANTO

*Place-based policies: the case of the northeast bank of Brazil in Espírito Santo*

## Érika de Andrade Silva Leal

Economista. Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES). Rod. Gov. José Henrique Sette, 184 - Itacibá, Cariacica - ES. [professoraerikaleal@gmail.com](mailto:professoraerikaleal@gmail.com)

## Daniel Côrtes Porto

Estudante de Engenharia de Produção no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES). Rod. Gov. José Henrique Sette, 184 - Itacibá, Cariacica - ES. [daniel12cp@gmail.com](mailto:daniel12cp@gmail.com)

## Tiago Piccinini Viana

Estudante de Engenharia de Produção no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES). Rod. Gov. José Henrique Sette, 184 - Itacibá, Cariacica - ES. [tiagopicciniviana@gmail.com](mailto:tiagopicciniviana@gmail.com)

## Carlos Gabriel Rocha Aleixo

Estudante de Engenharia de Produção no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES). Rod. Gov. José Henrique Sette, 184 - Itacibá, Cariacica - ES. [gabrielifes20181@gmail.com](mailto:gabrielifes20181@gmail.com)

## Jhonatan Telles Ribeiro

Geógrafo. Mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Rod. Gov. José Henrique Sette, 184 - Itacibá, Cariacica - ES. [jhonatantellesribeiro@gmail.com](mailto:jhonatantellesribeiro@gmail.com)

---

**Resumo:** Este artigo se insere na temática das políticas baseadas em localização, focando nos benefícios da implementação dessas políticas em 31 municípios do Espírito Santo-ES que foram integrados à área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O objetivo é analisar a atuação do Banco do Nordeste (BNB) no estado capixaba e suas contribuições para o desenvolvimento regional. Para isso, analisamos os investimentos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), principal recurso operacionalizado pelo BNB, no período de 2010 a 2022. Os resultados mostraram que, durante esse período, o BNB investiu mais de R\$ 3,1 bilhões no norte capixaba, com maior concentração das operações nos municípios de Colatina, São Mateus e, especialmente, Linhares. Os investimentos foram predominantemente direcionados aos setores industrial e agrícola, consolidando a estrutura produtiva vigente, com baixo investimento em projetos inovadores. Além disso, ao analisar os financiamentos na modalidade pessoa física, identificamos uma discrepância nos recursos destinados a homens e mulheres. Concluímos ser necessário direcionar os recursos do BNB para diversificar a economia do norte capixaba, além da atual estrutura produtiva. Pesquisas futuras devem aprofundar as temáticas abordadas, permitindo que o norte capixaba adote como diretrizes de desenvolvimento a diversificação, sustentabilidade, inovação e equidade.

**Palavras-chave:** políticas baseadas em localização, Sudene, BNB.

**Abstract:** This article is situated within the field of place-based policies, focusing on the benefits of implementing such policies in 31 municipalities of Espírito Santo State, Brazil, which were incorporated into the area of coverage of the Superintendence for the Development of the Northeast (SUDENE). The objective is to analyze the role of the Bank of the Northeast (Banco do Nordeste – BNB) in the state of Espírito Santo and its contributions to regional development. To this end, we examine investments from the Northeast Constitutional Financing Fund (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE), the main financial instrument operated by BNB, between 2010 and 2022. The results show that, during this period, BNB invested more than R\$3.1 billion in northern Espírito Santo, with a higher concentration of operations in the municipalities of Colatina, São Mateus, and especially Linhares. Investments were predominantly directed toward the industrial and agricultural sectors, reinforcing the existing productive structure, with limited allocation to innovative projects. Furthermore, the analysis of financing granted to individuals reveals a disparity in the distribution of resources between men and women. We conclude that BNB resources should be more strategically oriented toward diversifying the economy of northern Espírito Santo beyond its current productive structure. Future research should further explore the issues discussed herein, enabling northern Espírito Santo to adopt diversification, sustainability, innovation, and equity as key guidelines for development.

**Keywords:** place-based policies, Sudene, BNB.

# 1 INTRODUÇÃO

As políticas baseadas em localização englobam as iniciativas governamentais destinadas a aprimorar o desempenho econômico de uma determinada região sob sua jurisdição, frequentemente com o objetivo de proporcionar mais oportunidades de emprego e salários mais elevados (Junior *et al.*, 2022). Nos últimos anos, políticas orientadas por localização ganharam popularidade, com diretrizes locais para o desenvolvimento regional adotadas globalmente.

No Brasil, a política baseada em localização de maior longevidade e destaque é a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), criada em 1959, cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da região. Os territórios contemplados pela Superintendência contam com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), uma instituição financeira que desempenha papel de apoio a projetos e programas voltados para o desenvolvimento econômico e social do território contemplado.

Em 1998, após anos de lutas reivindicatórias, municípios do norte de Minas Gerais e Espírito Santo foram inseridos na área de abrangência da Sudene e consequentemente passaram a ser contemplados pelo BNB. Nos anos mais recentes, estudiosos da economia do Espírito Santo têm buscado analisar os desdobramentos dos projetos com apoio da Sudene no estado, especialmente os beneficiados com os incentivos fiscais, no entanto, não se identificou na literatura nenhum trabalho que investigue a atuação do BNB no norte capixaba. Essa é a lacuna que almejamos preencher.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar a atuação do BNB no estado capixaba e suas possíveis contribuições para o desenvolvimento regional. Em termos metodológicos, inicialmente, foi realizada uma pesquisa teórica baseada na revisão bibliográfica, focando na análise de trabalhos sobre políticas baseadas em localização. Essa etapa visou identificar práticas globais e compreender os benefícios dessas políticas. No segundo momento, coleta-se dados da base pública disponibilizada pelo BNB, analisando-os conforme os objetivos do artigo.

Os principais resultados mostraram que no período analisado o BNB investiu mais de R\$ 3,1 bilhões com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) nos 31 municípios do norte capixaba, com forte concentração nos municípios Colatina e São Mateus, e especialmente no município de Linhares. No entanto, diferentemente dos incentivos fiscais, os recursos do BNB, embora também concentrados em poucos municípios, conseguiram alcançar todos os municípios do norte do Espírito Santo, inclusive cidades pequenas como Itaguaçu e Itarana, inseridas na área de abrangência da Sudene em 2021.

Dessa forma, existem oportunidades para o BNB ampliar sua contribuição para o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo. O norte capixaba necessita diversificar sua economia e investir em inovações para aumentar sua competitividade. A região precisa incrementar sua participação em concessões de empréstimos voltados para a inovação e iniciativas sustentáveis, entre eles, os recursos para startups, além de efetivamente incluir mais mulheres nas políticas de financiamento.

Nesse cenário, este artigo contribui para a literatura sobre o desenvolvimento do Espírito Santo, uma vez que tem como objetivo analisar a atuação do BNB no estado capixaba e suas possíveis contribuições para o desenvolvimento regional.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Políticas Baseadas em Localização

Políticas baseadas em localização têm ganhado destaque na literatura científica por todo o mundo (Pan *et al.*, 2023; Zhou; Liu, 2023). Trata-se de programas governamentais que introduzem medidas e tomadas de decisão com o intuito de desenvolver uma área específica ou um conjunto delas com características similares. Esse destaque provém do aumento significativo na popularidade destas políticas nos últimos anos.

Governos em várias partes do mundo têm adotado diversas medidas locais visando impulsionar o desenvolvimento regional coordenado. Exemplos notáveis incluem a Política de Assistência Seletiva Regional do Reino Unido, os Fundos Estruturais e de Coesão da União Europeia, a Política de Autoridade do Vale do Tennessee nos Estados Unidos e o Programa Alemão de Núcleos de Crescimento Regional Inovador (Pan *et al.*, 2023).

Os governos aplicam essa política por meio de incentivos fiscais, subsídios financeiros, desenvolvimento de infraestrutura ou medidas preferenciais específicas (Zhou; Liu, 2023). Essas iniciativas costumam ser direcionadas às regiões com desenvolvimento tardio ou desempenho econômico deficiente, como distritos comerciais centrais em declínio ou áreas economicamente desfavorecidas. O propósito dessas políticas é impulsionar o emprego local e fomentar o desenvolvimento econômico, oferecendo apoio especial por meio de subsídios fiscais e investimentos públicos (Zhou; Liu, 2023). Importante notar que tais políticas não se restringem apenas a países em desenvolvimento ou com menor renda, mas também são implementadas em nações desenvolvidas, como nos Estados Unidos, França e Itália, apresentando resultados amplamente variados.

No transcorrer do século atual, Kline e Moretti (2013) examinaram os efeitos de longo prazo do Programa de Autoridade do Vale do Tennessee nos Estados Unidos. Suas descobertas indicaram um aumento notável no crescimento tanto agrícola quanto industrial a curto prazo. A longo prazo, o impacto no crescimento agrícola foi adverso; entretanto, houve um aumento significativo no crescimento da indústria da transformação, resultando, em última instância, em elevação dos níveis de renda local.

No contexto francês, Givord (2012) investigou os impactos das Zonas Francas Urbanas (ZFU), destinadas a promover o desenvolvimento das empresas locais através da isenção de impostos. Os resultados revelaram que essa política desempenhou um papel significativo no estímulo à criação de empresas e na geração de empregos nas regiões abrangidas. Pode-se destacar, também, outro programa francês, o Programa Nacional de Renovação Urbana (PNRU). Esse programa consistiu em quatro grandes eixos: reestruturação de bairros; aumento da diversidade social; apoio à sustentabilidade; e, por fim, desenvolvimento e redução das desigualdades entre espaços e populações. Com uma difícil missão, o projeto não atendeu todas as necessidades de uma grande parcela de dentro da área de abrangência, podendo entender que, apesar do grande investimento geral, alguns dos bairros renovados receberam pouco capital, o que impediu qualquer reação do mercado imobiliário local ou até ter sido prejudicial ao aumentar o estigma em torno desses bairros (Chareyron *et al.*, 2022).

Bronzini e Iachini (2014) examinaram o impacto de um programa de subsídios à pesquisa e desenvolvimento (P&D) implementado no norte da Itália. Constataram que a política não influenciou positivamente o investimento das empresas em sua maioria. No entanto, observou-se que a política estimulou significativamente os investimentos por parte das pequenas empresas.

As políticas urbanas baseadas em localização são comumente adotadas com o intuito de mitigar disparidades de renda, desemprego e privação, tanto nas cidades quanto entre elas. A eficácia dessas políticas é amplamente discutida, uma vez que os impactos nos preços da habitação, frequentemente utilizados como indicadores da atratividade dos bairros, podem variar, sendo por vezes positivos, negativos ou estatisticamente insignificantes. Um aspecto relevante a salientar é que as políticas baseadas em localização pretendem reduzir as notáveis disparidades de desenvolvimento entre diferentes regiões, exemplificado pelo Programa Zona Empresarial Urbana de Atlanta (Luo *et al.*, 2021). Entretanto, é comumente observado que diversos desses projetos não alcançam resultados satisfatórios em relação às expectativas inicialmente depositadas, como aconteceu nesse programa.

Por outro lado, as políticas para áreas rurais visam trazer uma maior qualidade de vida para os moradores dessas regiões, a partir de incentivos para o desenvolvimento. Como exemplo, pode-se destacar o Programa de Desenvolvimento Revolucionário da China (ORDP), um novo tipo de política de grande escala baseada no local, direcionada para regiões subdesenvolvidas. O ORDP

pode aumentar a produtividade local e o nível de rendimento dos residentes rurais, reduzindo o Índice de Desigualdade de Rendimentos Urbano-Rural (URII). Dessa forma, a maioria das medidas do programa ORDP visa aumentar a produtividade rural e a produção agrícola, aumentando a área efetiva de terras aráveis e promovendo a mecanização agrícola, contribuindo para aumentar o rendimento dos residentes rurais e reduzir o URII (Pan *et al.*, 2023). Além disso, o aumento da produtividade rural provocado pelo ORDP pode criar um excedente de mão-de-obra rural, incentivando os residentes rurais a procurarem empregos com salários mais elevados nas cidades, o que também pode reduzir o URII (Pan *et al.*, 2023).

Embora os estudos de Pan *et al.* (2023) tenham indicado que o ORDP está associado a uma redução no URII, o que é positivo para a qualidade do desenvolvimento e o bem-estar humano, o governo deveria atribuir mais importância à elevação do rendimento dos residentes rurais, à mitigação da disparidade de renda e à promoção do bem-estar humano ao desenvolver medidas específicas dentro do ORDP. Para os autores, em vez de concentrarem-se exclusivamente na promoção do crescimento econômico nas antigas regiões revolucionárias, os governos locais nessas áreas devem incorporar a redução da desigualdade de renda urbano-rural em suas agendas de desenvolvimento e dar maior ênfase ao avanço do bem-estar humano. Dessa forma, é possível alcançar um resultado mutuamente benéfico entre a redução da disparidade de renda e o crescimento econômico.

O Brasil tem tradição na elaboração e execução de políticas baseadas em localização. Nesse cenário, a política de maior destaque é, sem dúvida, a criação da Sudene em 1959, tendo o economista Celso Furtado à frente do projeto de criação, com ações bem estabelecidas até os dias de hoje. Essa Superintendência governamental atua no estímulo ao desenvolvimento industrial no Nordeste, e a partir de 1998 passou a considerar municípios do norte de Minas Gerais e do Espírito Santo em sua área de abrangência.

Para obter êxito no projeto Sudene, Furtado fez um estudo da economia nordestina entre os anos 1948 e 1958. O documento trouxe uma análise da situação do Nordeste abrangendo as peculiaridades climáticas, políticas e econômicas e apresentando dados comparativos à região Centro-Sul, sendo diagnosticado como o maior problema a disparidade de renda entre as regiões, afetando diretamente o desenvolvimento nacional (Furtado, 1989).

Furtado propôs soluções específicas para cada situação a ser enfrentada no Nordeste, enfatizando a necessidade de uma intervenção inicial do Estado para incentivar o desenvolvimento econômico. Para romper com a estrutura obsoleta da agricultura, ele destacou a importância de desenvolver a industrialização e investir em tecnologia, além de promover a fragmentação dos grandes latifúndios e utilizar as terras da região úmida para a produção de alimentos. Sugeriu ainda um amplo programa de capacitação da mão de obra, aliando o processo de industrialização à reestruturação da agricultura, sustentado pelo investimento estatal, representando a possibilidade de reconstrução da economia nordestina (Furtado, 1989).

Nesse cenário, um amplo programa de desenvolvimento foi elaborado por Furtado para a região nordestina com aval do então Presidente Juscelino Kubitschek. Entre os instrumentos previstos na Sudene, destacam-se os incentivos fiscais e os recursos que seriam operados pelo Banco do Nordeste. Vega (2021), ao avaliar a política de incentivos fiscais disponibilizados às empresas na área da Sudene, concluiu que, apesar dos esforços para aprimorar uma região em desvantagem econômica, os incentivos fiscais não são suficientes.

A falta de efetividade da política de incentivos fiscais se deve à dependência contínua de investimentos e à retenção de capital humano das demais regiões do Brasil, principalmente dos estados do Sul e Sudeste (Vega, 2021). Dessa forma, para além da política de incentivos fiscais, os territórios abrangidos pela Sudene contam com o Banco do Nordeste (BNB), que desempenha um papel fundamental na concessão de crédito e na oferta de outros produtos financeiros, visando promover o desenvolvimento regional.

## 2.2 Banco do Nordeste

Em 1952, ano da criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), a regionalização do país era muito diferente do que é hoje. Ainda que os estados da Bahia e do Sergipe não fossem parte da Região Nordeste, estavam contemplados no Polígono das Secas, região geográfica que muitos programas de fomento econômico tinham como alvo. Dessa forma, os debates relativos à criação da Sudene desempenharam um papel crucial como um dos motivadores para uma reorganização regional, oficializada em 1970 por meio do Decreto-Lei 67.647 (Melo; Feitosa, 2022).

Nesse sentido, no contexto da criação do BNB, desmistificaram-se as secas como o problema central que colocava a Região Nordeste em desvantagem regional. Segundo estudos organizados por Rômulo Almeida e pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), o problema central vinha derivado de uma defasagem na estrutura produtiva, a qual se aliava à alta concentração de renda e a relações comerciais intrarregionais que não favoreciam o Nordeste (Alves; Santos, 2022).

Além disso, havia desafios significativos, como a necessidade de redução da pobreza nas áreas rurais e a formulação de políticas públicas para estreitar o desenvolvimento com o Centro-Sul do país, onde a industrialização avançava a passos largos nas áreas urbanas. Nesse sentido, a concepção dos “dois Brasis” ganhava força à medida que o Centro-Sul avançava de maneira acelerada. Segundo relatório do GTDN, as principais razões para o baixo índice de renda *per capita* no Nordeste, em comparação com a realidade do Centro-Sul, reside na escassez relativa de recursos de terra e na menor acumulação de capital tanto na agricultura quanto na indústria (Melo; Feitosa, 2022).

A fundação do BNB, aprovada em 1952, deixava claro seu foco de atuação: o sistema agrícola, da pecuária e da agricultura de subsistência predominante no Semiárido Nordestino, que havia enfrentado uma seca devastadora no ano anterior (Melo; Feitosa, 2022). Ademais, o Banco do Nordeste tinha a responsabilidade na elaboração de estudos e pesquisas a respeito da economia regional, assumidas pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), de forma que foi conferida ao BNB uma gama de atribuições que o tornaram uma instituição complexa de desenvolvimento regional (Alves; Santos, 2022).

Quanto à extensão geográfica de sua atuação, foi decidido que, em primeiro momento, o banco teria uma filial em cada um dos estados abrangidos pelo Polígono das Secas. O fomento às atividades produtivas incluía iniciativas para aumentar a produtividade no Semiárido, abrangendo tanto a agricultura e pecuária quanto a mecanização agrícola e até mesmo financiamento de capital de giro (Melo; Feitosa, 2022). Atualmente, o BNB oferece inúmeras linhas de crédito, como pode ser visto no Quadro I, disponível no apêndice. Como pode ser observado, o BNB conta desde linhas tradicionais como a agrícola e a industrial, até linhas mais contemporâneas como o crédito específico para Inovações e Startups.

O BNB dispõe do FNE, estabelecido pela Constituição Federal de 1988. Esse fundo foi criado com o propósito de ser uma fonte consistente de recursos destinados ao financiamento das atividades produtivas nos estados abrangidos pela Sudene. Nesse sentido, o FNE possui políticas públicas que visam reduzir as disparidades tanto nas regiões quanto entre elas, por meio da democratização de investimentos produtivos capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico, acompanhado da correspondente geração de emprego e renda (BNB, 2022c). Nesse sentido, a Tabela 1 apresenta os investimentos feitos pelo FNE em cada estado abrangido.

Tabela 1 – Aplicação de recursos do FNE, entre 2010 e 2022

| Estado  | Tamanho da população | (%) do tamanho da população | Valor FNE (R\$ bilhão) | (%) do FNE | FNE <i>per capita</i> |
|---------|----------------------|-----------------------------|------------------------|------------|-----------------------|
| Alagoas | 3.127.683            | 5,27%                       | 8,47                   | 3,55%      | R\$ 2.708,07          |
| Bahia   | 14.141.626           | 23,84%                      | 62,23                  | 26,11%     | R\$ 4.400,48          |
| Ceará   | 8.794.957            | 14,83%                      | 32,44                  | 13,61%     | R\$ 3.688,48          |



| Estado                      | Tamanho da população | (%) do tamanho da população | Valor FNE (R\$ bilhão) | (%) do FNE  | FNE <i>per capita</i> |
|-----------------------------|----------------------|-----------------------------|------------------------|-------------|-----------------------|
| Espírito Santo <sup>1</sup> | 1.013.321            | 1,71%                       | 3,08                   | 1,29%       | R\$ 3.039,51          |
| Maranhão                    | 6.776.699            | 11,42%                      | 24,03                  | 10,08%      | R\$ 3.545,97          |
| Minas Gerais <sup>1</sup>   | 3.645.854            | 6,15%                       | 14,26                  | 5,98%       | R\$ 3.911,29          |
| Paraíba                     | 3.974.687            | 6,70%                       | 12,86                  | 5,39%       | R\$ 3.235,47          |
| Pernambuco                  | 9.058.931            | 15,27%                      | 29,74                  | 12,48%      | R\$ 3.282,95          |
| Piauí                       | 3.271.199            | 5,51%                       | 22,53                  | 9,45%       | R\$ 6.887,38          |
| Rio Grande do Norte         | 3.302.729            | 5,57%                       | 19,66                  | 8,25%       | R\$ 5.952,65          |
| Sergipe                     | 2.210.004            | 3,73%                       | 9,07                   | 3,81%       | R\$ 4.104,06          |
| <b>Total</b>                | <b>59.317.690</b>    | <b>100%</b>                 | <b>238,37</b>          | <b>100%</b> | <b>R\$ 4.018,53</b>   |

Fonte: Banco do Nordeste (2022a) e IBGE (2022).

Tomando o FNE *per capita* como análise, há um desequilíbrio na distribuição dos investimentos realizados pelo BNB. O estado do Piauí, por exemplo, é o que possui o maior valor *per capita*, justamente pelo investimento realizado em comparação com seu tamanho populacional. Outros estados, como Pernambuco e Maranhão, os quais recebem investimentos próximos aos do Piauí, possuem mais que o dobro do tamanho populacional. Então, sob essa ótica, os valores *per capita* para cada estado mostram uma certa desigualdade na distribuição dos recursos do FNE, não havendo um critério ou indicador a ser seguido.

Outrossim, calculando-se a média dos investimentos, tem-se um valor de R\$ 21,67 bilhões de investimentos por estado, porém, os estados da Bahia, Ceará e Pernambuco, juntos, possuem um valor quase 6 vezes maior que a média. Sob esse viés, isso pode acontecer por questões populacionais, culturais e políticas, ou até pela história da Sudene. Como visto antes, muitos programas de fomento da época abrangiam esses estados, o que não é diferente atualmente. Sob outro olhar, existem diversos setores em que o Banco do Nordeste aplica o FNE, tendo também uma heterogeneidade para cada estado, como pode ser visto na Tabela 2, no âmbito setorial.

Tabela 2 – Distribuição de recursos do FNE nos estados por setor (em %), entre 2010 e 2022

| Estado              | Agroindústria | Industrial   | Serviços     | Infraestrutura | Comércio     | Agrícola     | Pecuária     | Total         |
|---------------------|---------------|--------------|--------------|----------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| Alagoas             | 4,72          | 20,07        | 17,36        | 5,08           | 16,76        | 13,93        | 22,08        | 100,00        |
| Bahia               | 0,64          | 9,26         | 9,22         | 29,65          | 11,49        | 26,32        | 13,42        | 100,00        |
| Ceará               | 0,55          | 19,86        | 13,78        | 27,28          | 18,59        | 5,36         | 14,58        | 100,00        |
| Espírito Santo      | 5,19          | 32,47        | 8,12         | 2,92           | 19,48        | 23,70        | 8,12         | 100,00        |
| Maranhão            | 0,46          | 5,12         | 9,24         | 13,56          | 14,94        | 24,18        | 32,50        | 100,00        |
| Minas Gerais        | 0,49          | 11,15        | 6,38         | 23,35          | 10,45        | 17,32        | 30,86        | 100,00        |
| Paraíba             | 2,26          | 18,12        | 10,50        | 22,55          | 18,50        | 5,75         | 22,32        | 100,00        |
| Pernambuco          | 2,56          | 25,69        | 16,38        | 17,38          | 14,63        | 8,80         | 14,56        | 100,00        |
| Piauí               | 0,88          | 4,57         | 6,35         | 25,30          | 11,10        | 33,78        | 18,02        | 100,00        |
| Rio Grande do Norte | 0,56          | 11,39        | 11,44        | 46,85          | 15,62        | 3,46         | 10,68        | 100,00        |
| Sergipe             | 4,52          | 21,06        | 16,76        | 3,75           | 17,53        | 20,18        | 16,20        | 100,00        |
| <b>Total</b>        | <b>1,30</b>   | <b>13,79</b> | <b>11,11</b> | <b>24,22</b>   | <b>14,33</b> | <b>17,53</b> | <b>17,72</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Banco do Nordeste (2022a). Elaboração dos autores.

1 (\*) Lei N° 9.690, de 15 de Julho de 1998 e PLC 148/2017.

Diante do exposto acima, percebe-se que grande parte dos recursos do FNE são aplicados, principalmente, no setor de infraestrutura, que engloba 24,22% dos investimentos totais. Esse setor prevalece significativamente no estado do Rio Grande do Norte, onde quase 50% dos investimentos foram alocados nesse setor. Além disso, a média geral de investimentos em infraestrutura é de 19,79%, com destaque também para os estados da Bahia e do Ceará, que estão entre os que mais receberam recursos do FNE para essa área, ficando atrás apenas do Rio Grande do Norte.

De outro lado, os investimentos industriais, setor que foi um dos mais visados para a criação da Sudene, prevalecem nos estados do Espírito Santo, Pernambuco e Sergipe, sendo o estado capixaba com o maior percentual. Além disso, os setores agrícolas e da pecuária ainda se mostram muito fortes, estando entre os três setores que mais recebem investimentos no total. Ademais, percebe-se que o setor da agroindústria é o que menos recebe investimentos percentualmente. Sob esse viés, dos onze estados na área de abrangência da Sudene, mais da metade (seis estados) recebe menos de 1%.

Tomando como base apenas o estado do Espírito Santo, recorte espacial deste trabalho, percebe-se sua relevância nos setores da agroindústria, indústria e comércio, em que os valores percentuais de investimentos são os mais altos em comparação com os outros estados.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo compreende duas fases distintas. Inicialmente, realizou-se uma pesquisa teórica, baseada na revisão bibliográfica, centrada na análise dos trabalhos que versam sobre as teorias sobre políticas baseadas em localização. Este estudo teve como objetivo identificar práticas globais, servindo como fundamento para compreender os benefícios dessas políticas. Na segunda etapa, procedemos à coleta de dados na base pública disponibilizada pelo BNB. Os dados foram analisados conforme os objetivos do artigo.

#### 3.1 Teórica

A fundamentação teórica foi realizada a partir de artigos científicos que abordam a temática "Place-Based Policies". Foram utilizados os portais de periódicos Web of Science e Scopus para a busca dos artigos, que serviram de base para a escrita deste trabalho. Em primeiro momento, foram levantados artigos que englobassem "Place-based policies" e "Brazil", e posteriormente, artigos que englobassem "Place-based policies", produzidos nos últimos cinco anos, entre 2019 e 2023.

Tabela 3 – Categorização da pesquisa "Place-based policies" e "Brazil"

| Banco de dados | Palavras-chave                      | Aberto | Analizados | Utilizados |
|----------------|-------------------------------------|--------|------------|------------|
| Web of Science | "PLACE-BASED POLICIES" AND "BRAZIL" | 5      | 5          | 2          |

Fonte: Pesquisa em Web of Science. Elaboração dos autores.

Tabela 4 – Categorização da pesquisa "Place-based policies"

| Banco de dados | Palavras-chave         | Aberto | Ano (2018-2023) | Filtragem por Tema | Duplicados | Analizados | Utilizados |
|----------------|------------------------|--------|-----------------|--------------------|------------|------------|------------|
| Web of Science | "PLACE-BASED POLICIES" | 219    | 164             | -                  | -          | 54         | 16         |
| Scopus         | "PLACE-BASED POLICIES" | 443    | 319             | 127                | 12         | 36         | 5          |
| Total          | -                      | 662    | 295             | 127                | 12         | 78         | 21         |

Fonte: Pesquisa em Web of Science e em Scopus. Elaboração dos autores.

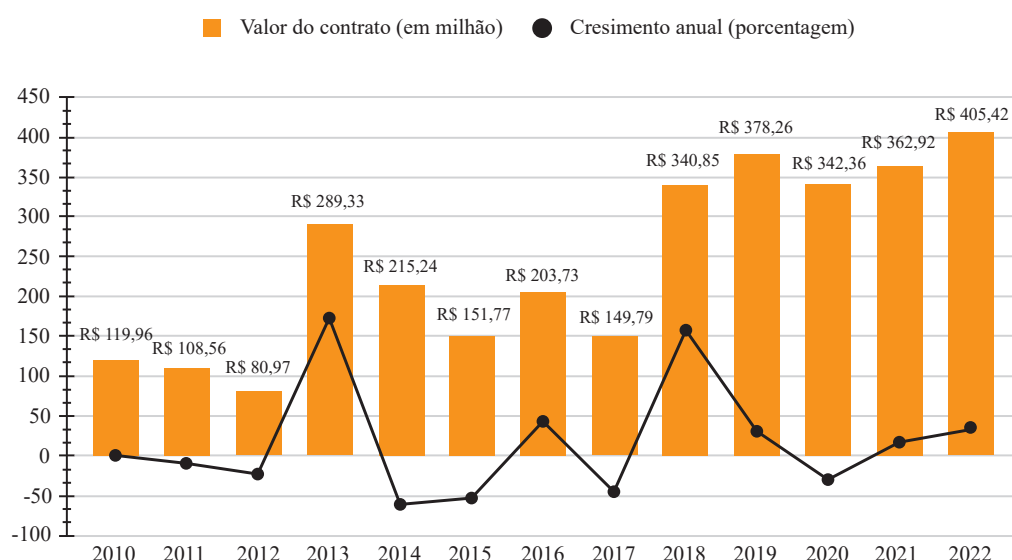
## 3.2 Coleta de dados

Na segunda fase, fez-se necessária uma análise a partir dos dados do Banco do Nordeste, de forma que demonstrasse sua atuação no Brasil e, principalmente, no Espírito Santo. Nesse sentido, foi utilizado o portal do banco para o levantamento dos dados, sendo que o período analisado foi de 2010 a 2022, intervalo disponibilizado no site do BNB.

## 4 RESULTADOS

Ao longo do período analisado, o Banco do Nordeste direcionou aproximadamente R\$ 3.150.189.015,29<sup>2</sup> em investimentos para os municípios capixabas integrantes da área de atuação da Sudene com recursos do FNE. Analisando o comportamento desses investimentos nos 31 municípios do Espírito Santo, observamos inicialmente uma irregularidade da execução dos recursos ao longo dos anos. A partir do Gráfico 1, nota-se que houve um crescimento nos valores investidos pelo BNB no estado capixaba em apenas 6 dos 13 anos analisados. Nesse cenário, destacam-se os crescimentos entre 2012 e 2013, e também o crescimento entre 2017 e 2018, os maiores no período analisado.

Gráfico 1 – Investimentos do BNB (R\$ milhão) no Espírito Santo, entre 2010 e 2022 – em valores correntes



Fonte: Dados do Banco do Nordeste (2022a). Elaboração dos autores.

As reduções nos investimentos refletem, em grande medida, os períodos de crise econômica. A partir do terceiro trimestre de 2014, o Brasil ingressa em uma recessão que se estende a todas as unidades da federação, afetando também o Espírito Santo (Sessa *et al.*, 2020). Entre 2015 e 2017, o estado enfrentou uma crise hídrica sem precedentes, agravada pela seca e pelo desastre ambiental da Samarco. O norte capixaba, inserido na área de atuação da Sudene, sofreu de forma ainda mais acentuada, o que contribuiu para explicar a redução dos investimentos nesse período.

A partir de 2018, embora o Espírito Santo ainda estivesse em processo de recuperação econômica, as iniciativas voltadas para mitigar os impactos da crise hídrica começaram a proporcionar

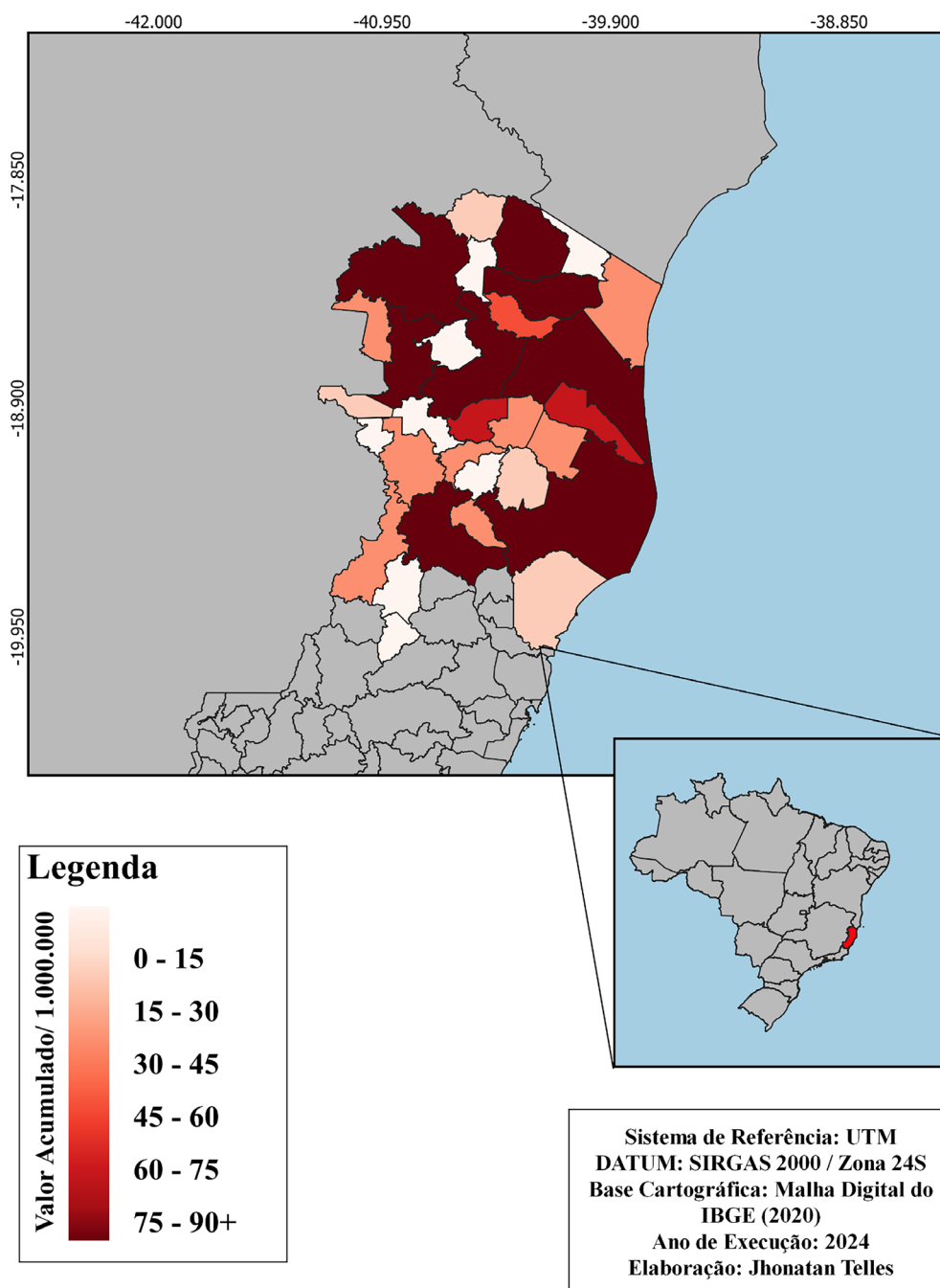
2 A discrepância entre o valor apresentado no Power BI pelo BNB e o valor atual ocorre devido à exclusão dos dados referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2022. Isso resultou na disparidade observada nos números apresentados.



maior segurança hídrica ao norte capixaba. Em 2020, com o advento da pandemia de Covid-19, houve uma retração generalizada da atividade econômica. No entanto, os impactos sobre o volume de investimentos do Banco do Nordeste (BNB) no estado foram relativamente modestos.

Em 2021, quatro novos municípios capixabas foram integrados à área de atuação da Sudene, incluindo Aracruz, que já naquele ano recebeu investimentos do BNB, apresentando um crescimento significativo desses aportes em 2022. A distribuição dos recursos está representada no Mapa 1, que destaca Linhares, Colatina e São Mateus como os municípios mais beneficiados pelos investimentos no período analisado.

Mapa 1 – Contratações do FNE nos municípios da Sudene no Espírito Santo, acumulado entre 2010 e 2022, dividido por milhão



Fonte: Dados do Banco do Nordeste (2022b). Elaboração dos autores.

Observa-se que os municípios de Linhares, Colatina e São Mateus receberam a maior parcela dos investimentos. Esses três municípios corresponderam a 56,1% dos valores totais contratados pelo FNE, assim como concentram os maiores volumes de operação dos incentivos fiscais da Sudene, como mostrado por Leal *et al.* (2021).

A cidade de Linhares se destaca também nos volumes de recursos recebidos dos investimentos levantados pelos estudos do Instituto Jones dos Santos Neves. Em 2022, foram concluídos aproximadamente 20 projetos na microrregião Rio Doce, com destaque para a cidade de Linhares, que foi responsável por 12 desses projetos. Esse dinamismo gerou considerável atividade econômica na região norte do estado (IJSN, 2023).

Como destacado anteriormente, as políticas baseadas em localização, embora possam abranger uma parcela maior do território, produzem frutos que costumam ficar restritos a algumas regiões, reforçando heterogeneidades intraterritoriais, como mostraram Chareyron *et al.* (2022). No caso dos investimentos do Banco do Nordeste no Espírito Santo, os recursos são claramente concentrados nas cidades de Linhares, Colatina e São Mateus, porém todos os 31 municípios, inclusive os municípios de menor porte que entraram em 2021 na área de abrangência da Sudene, Itarana e Itaguaçu, já tiveram operações aprovadas com o BNB, conforme Mapa 1.

#### 4.1 Análise setorial e das linhas de financiamento

Os investimentos do FNE abrangeram sete setores econômicos: agrícola, agroindústria, indústria, comércio, infraestrutura, pecuária e serviços. No contexto capixaba, a indústria foi o setor que recebeu o maior valor em investimentos, seguida pelos setores agrícola, comercial, serviços, pecuária, agroindústria e infraestrutura, segundo apresentado na Tabela 5.

Tabela 5 – Distribuição dos investimentos do FNE no Espírito Santo por setor, entre 2010 e 2022

| Setor econômico | Número de operações | Valor (R\$)                 | Valor (%)     |
|-----------------|---------------------|-----------------------------|---------------|
| Infraestrutura  | 1                   | R\$ 91.902.193,57           | 2,92          |
| Agroindústria   | 93                  | R\$ 159.995.498,67          | 5,08          |
| Pecuária        | 1.435               | R\$ 257.451.166,96          | 8,17          |
| Serviços        | 1.141               | R\$ 266.378.172,04          | 8,46          |
| Comércio        | 3.487               | R\$ 589.101.331,92          | 18,70         |
| Agrícola        | 6.764               | R\$ 767.998.587,86          | 24,38         |
| Indústria       | 1.612               | R\$ 1.017.362.064,27        | 32,30         |
| <b>Total</b>    | <b>14.539</b>       | <b>R\$ 3.150.189.015,29</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Dados do Banco do Nordeste (2022b). Elaboração dos autores.

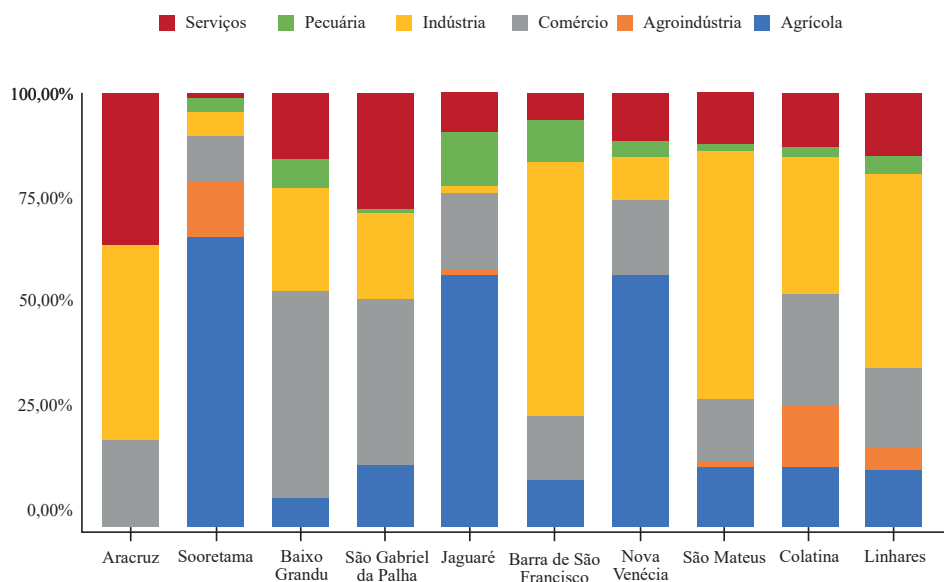
Por outro lado, o setor que recebeu o maior número de contratos foi o agrícola, com um total de 6.764. Esse valor corresponde a aproximadamente 47% do total de operações do BNB no estado do Espírito Santo, sendo elevado devido aos investimentos provenientes dos diversos tipos de programas voltados para a área rural, especialmente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O setor de infraestrutura respondeu por 2,92% do total investido, totalizando R\$ 91.902.193,57, sendo que esses recursos foram aplicados exclusivamente no município de Montanha. Em contraste, o setor industrial recebeu a maior parcela dos investimentos, com 32,30% do total, equivalente a R\$ 1.017.362.064,27.

Para a análise setorial dos municípios, apresentada no Gráfico 2, recortaram-se, seguindo o censo de 2022, os dez municípios mais populosos do Espírito Santo, incluídos na área de atuação da Sudene, os quais são: Linhares, São Mateus, Colatina, Aracruz, Nova Venécia, Barra de São Francisco, São Gabriel da Palha, Baixo Guandu, Jaguaré e Sooretama.

Entre os municípios avaliados, o setor industrial emergiu como o principal beneficiário dos investimentos, na metade destes. Enquanto Linhares destacou-se nos investimentos direcionados aos setores de indústria, comércio e serviços, Colatina sobressaiu-se na agroindústria, Ecoporanga foi notável na pecuária, enquanto Nova Venécia liderou os investimentos no setor agrícola. Essa representação evidencia o direcionamento dos recursos do FNE para setores-chave dos municípios, contribuindo para cristalizar uma estrutura produtiva já existente.

Gráfico 2 – Distribuição de recursos do FNE nos municípios do Espírito Santo por setor (em %), entre 2010 e 2022



Fonte: Dados do Banco do Nordeste (2022b). Elaboração dos autores.

É interessante notar que Aracruz se destacou por receber investimentos em apenas três setores. Uma possível explicação para essa menor diversificação é que Aracruz foi incorporada à área de abrangência da Sudene apenas em 2021. Os municípios de Sooretama, Jaguaré e Nova Venécia mostraram um elevado percentual de investimentos no setor agrícola, em sintonia com a pujante agricultura da região. Em contraste, Aracruz, Barra de São Francisco, São Mateus e Linhares receberam uma parcela maior dos investimentos direcionados à indústria.

Esses padrões setoriais refletem as características econômicas de cada município, demonstrando a diversidade de desenvolvimento na área de atuação da Sudene no Espírito Santo. Em análise complementar aos setores beneficiados com recursos do FNE no estado, podemos observar também as linhas de financiamento mais utilizadas, conforme Tabela 6.

Tabela 6 – Valor contratado por linha de financiamento do FNE (R\$ milhão), no Espírito Santo, entre 2010 e 2022

| Linha de financiamento | Valor contratado (em R\$ milhões) |
|------------------------|-----------------------------------|
| Industrial             | 529,24                            |
| Rural                  | 428,44                            |
| Irrigação              | 412,59                            |
| FNE-Comércio           | 339,34                            |
| FNE-MPE-Comércio       | 239,79                            |
| Inovação-Industrial    | 226,49                            |
| Outros                 | 220,58                            |
| Agriin                 | 153,24                            |

| Linha de financiamento      | Valor contratado (em R\$ milhões) |
|-----------------------------|-----------------------------------|
| FNE-MPE-Serviços            | 129,18                            |
| FNE-MPE-Indústria           | 103,21                            |
| FNE Verde-Industrial        | 101,09                            |
| Proinfra                    | 91,90                             |
| FNE-Serviços                | 88,65                             |
| Pronaf-Mais Alimentos (FNE) | 86,44                             |
| <b>Total</b>                | <b>3.150,19</b>                   |

Fonte: Dados do Banco do Nordeste (2022c). Elaboração dos autores.

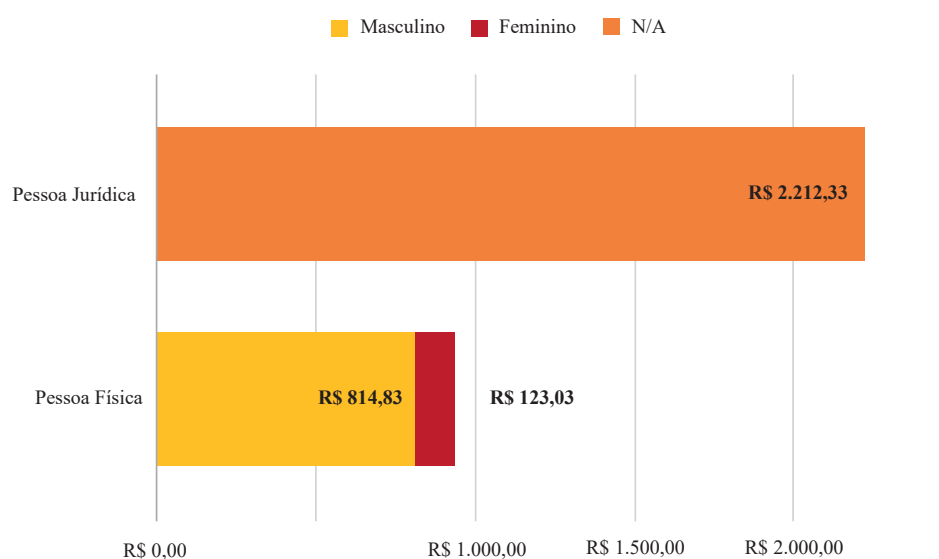
Como pode ser visto na Tabela 6, as linhas de financiamento do FNE mais utilizadas no Espírito Santo são a industrial e a agrícola, em consonância com os setores contemplados. A linha de Inovação-Industrial aparece em 6º lugar com recursos ainda modestos da ordem de menos de R\$ 250 milhões no período de 12 anos. Consoante a essa realidade, a linha FNE Startups poderá ser útil para o desenvolvimento de tecnologias nesse território, visto que ainda não foi utilizada.

A linha de financiamento de projetos verdes ainda pode ser mais utilizada pelos capixabas, visto que até o momento, foram concedidos R\$ 101,09 milhões de financiamento nessa modalidade. Essa é uma linha em aderência aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas (ONU), e em consonância ao objetivo do BNB, de promover o desenvolvimento sustentável no Nordeste e no norte do Espírito Santo e Minas Gerais.

## 4.2 Análise pessoa jurídica e física

O Banco do Nordeste categorizou os investimentos destinados a pessoas jurídicas (PJ) e pessoas físicas (PF), no estado do Espírito Santo. Nessa região, realizamos uma análise detalhada tanto dos investimentos em PJ quanto em PF. Ao examinarmos os investimentos voltados para PF, é possível segmentar ainda mais e analisar os investimentos por sexo dos contratantes, masculino ou feminino, conforme evidenciado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Contratações da FNE para PJ e PF (R\$ milhão), no Espírito Santo, entre 2010 e 2022



Fonte: Dados do Banco do Nordeste (2022b). Elaboração dos autores.

É evidente que a maioria das alocações provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste é direcionada para empresas, ou seja, pessoas jurídicas, totalizando um montante de R\$ 2.212.327.693,50. Adicionalmente, observamos uma alocação de R\$ 937.861.321,79 destinada às pessoas físicas, com a possibilidade de uma subdivisão por sexo. Nesse sentido, pessoas do sexo masculino representam um total de R\$ 814.826.528,89 (correspondente a 86,88%), enquanto pessoas do sexo feminino receberam R\$ 123.034.792,90 (correspondente a 13,12%) das verbas alocadas pelo FNE.

Sob a ótica da divisão por sexo, o valor médio da operação por pessoa do sexo masculino gira em torno de R\$ 130.874,80, enquanto esse valor diminui em 60,75% para pessoas do sexo feminino, representando cerca de R\$ 51.371,52. Vale ressaltar que, a partir da finalidade das contratações das operações por pessoas físicas, a maioria é destinada aos produtores rurais, como a agricultura familiar, enquanto uma pequena parcela vai para outros empreendimentos.

Nesse quesito, o BNB pode ser decisivo em sua política de promoção do desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade passa por ações que reduzam a disparidade de gênero também no acesso ao financiamento bancário, assim, há espaço para uma ação mais efetiva da instituição na concessão de financiamento para mulheres, especialmente as agricultoras e empreendedoras da região.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi analisar a atuação do Banco do Nordeste no norte do Espírito Santo e suas possibilidades de contribuição para o desenvolvimento desse território. Considerando que a criação do Banco do Nordeste se insere no âmbito das políticas baseadas em localização, apresentamos, no referencial teórico deste trabalho, uma revisão sobre essas políticas e seus desdobramentos em diversos países, incluindo o caso brasileiro de maior destaque nessa temática, que foi a instituição da Sudene, em 1959.

Com a entrada do norte do Espírito Santo na Sudene, em 1998, no início dos anos 2000, e a inserção de mais 4 municípios na área de atuação da Superintendência em 2021, 31 municípios do norte capixaba passaram a contar com possibilidades de serem contemplados com operações do Banco do Nordeste. Este artigo analisou as operações do FNE, principal recurso operacionalizado pelo BNB, no Espírito Santo no período de 2010 a 2022.

Durante todo o período analisado, o BNB alocou aproximadamente R\$ 3,1 bilhões em investimentos nos municípios capixabas. Em 2022, o Espírito Santo recebeu o maior montante em contratos, totalizando R\$ 405.419.037,42, com o município de Aracruz recebendo 4,7% desse valor, mesmo tendo sido incluído na Sudene no final de 2021. A distribuição desses investimentos concentrou-se principalmente em Linhares, Colatina e São Mateus, que emergiram como os principais beneficiários.

Como apresentado por Castiglioni (2019), após a inserção dos municípios do norte capixaba na Sudene, entre 2000 e 2010, 56% dos municípios inseridos na Sudene apresentaram saldo migratório positivo. Advindo dessa lógica de fluxos migratórios positivos e crescimento populacional, Dota e Ferreira (2020) demonstram que municípios como São Mateus, Linhares e Aracruz, inseridos no litoral norte, passaram a apresentar dinâmicas anteriormente restritas à RMGV, a produção imobiliária de mercado, pela construção de condomínios e loteamentos fechados.

Ressalta-se que os investimentos do BNB no Espírito Santo têm sido majoritariamente direcionados para os setores industrial e agrícola, reforçando a estrutura produtiva vigente, com poucos recursos direcionados para projetos inovadores e nenhum financiamento concedido na linha de apoio às startups. Ademais, ao analisar os repasses dos financiamentos na modalidade pessoa física, identificamos uma discrepância nos recursos destinados ao sexo masculino e feminino.

Dessa forma, é necessário que os recursos do BNB sejam direcionados a uma diversificação da economia do norte capixaba, para além de sua estrutura produtiva vigente. Ademais, a construção



de linhas de financiamento dedicadas às mulheres pode mitigar a discrepância revelada. Por fim, considerando as limitações analítico-descritivas deste trabalho, pesquisas futuras podem aprofundar as temáticas aqui apresentadas, de modo a contribuir para que o norte capixaba consolide a diversificação, a sustentabilidade, a inovação e a equidade como vetores de seu desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, M. O.; SANTOS, C. R. C. O banco de desenvolvimento do Nordeste: trajetória da consolidação institucional do BNB. In: JUNIOR, A. S. V.; ALVES, M. O.; SANTOS, C. R. C. (org.). **Banco do Nordeste do Brasil: 70 anos de contribuição para o desenvolvimento regional**. Fortaleza: BNB, 2022. p. 104-186.
- Banco do Nordeste amplia crédito a agricultores familiares no Estado. ES Brasil, 2024. Disponível em: <<https://esbrasil.com.br/banco-do-nordeste-amplia-credito-a-agricultores-familiares-no-estado>>. Acesso em: 26 jul. 2024.
- BNB. Banco do Nordeste transparente, 2022a. **Estatísticas dos recursos do FNE e outros recursos**. Disponível em <<https://www.bnb.gov.br/bnb-transparente/estatisticas-aplicacoes-fne-e-outros-recursos>>. Acesso em: 15 dez. 2023.
- \_\_\_\_\_, 2022b. **Contratações FNE - Dados de Contratações**. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/aceso-a-informacao/dados-de-contratacoes/contratacoes-fne>>. Acesso em: 15 jun. 2024.
- \_\_\_\_\_, 2022c. **Sobre o Banco do Nordeste: Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste**. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/fne>>. Acesso em: 14 dez. 2023.
- BRONZINI, R.; IACHINI, E. Are incentives for R&D effective? Evidence from a regression discontinuity approach. **American Economic Journal: Economic Policy**, Nashville, TN, v. 6, n. 4, p. 100-134, 2014. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/43189406>>. Acesso em: 11 mar. 2024.
- CASTIGLIONI, A. H. Transição migratória e urbana no estado do Espírito Santo - 1950 a 2010. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 20, n. 72, p. 33-53, 2019. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/41307>>. Acesso em: 22 abr. 2024.
- CHAREYRON, S.; GOFFETTE-NAGOT, F.; LETROUIT, L. Externalities from urban renewal: Evidence from a French program. **Regional Science and Urban Economics**, Elsevier, v. 95, 2022. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0166046222000205>>. Acesso em: 12 mar. 2024.
- DOTA, E. M.; FERREIRA, F. C. Evidências da metropolização do espaço no século XXI: elementos para identificação e delimitação do fenômeno. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 22, n. 49, p. 893-912, 2020. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2020-4910>>. Acesso em: 20 abr. 2024.
- FURTADO, C. **A fantasia desfeita**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- GIVORD, P.; RATHELOT, R.; SILLARD, P. Place-based tax exemptions and displacement effects: An evaluation of the Zones Franches Urbaines program. **Regional Science and Urban Economics**, Elsevier, v. 43, p. 151-163, 2012. Acesso em: 17 mar. 2024.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IJSN - INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Investimentos anunciados e concluídos no Espírito Santo 2022 - 2027. **Caderno do Instituto Jones**, p. 1-61, Vitória, 2023.

JUNIOR, A. S. V.; ALVES, M. O.; SANTOS, C. R. C. (org.). **Banco do Nordeste do Brasil: 70 anos de contribuição para o desenvolvimento regional**. Fortaleza: BNB, 2022. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/handle/123456789/1255>>. Acesso em: 5 mar. 2024.

KLINE, P.; MORETTI, E. Local Economic Development, Agglomeration Economies, and the Big Push: 100 Years of Evidence from the Tennessee Valley Authority. **QJ Economics**, Oxford, v. 129, p. 275–331, 2013. Disponível em: <<https://academic.oup.com/qje/article-abstract/129/1/275/1899702?redirectedFrom=fulltext>>. Acesso em: 8 mar. 2024.

LEAL, É. A. S.; LINO, L. S.; SESSA, C. B.; FERNANDES, J.; ESPÍRITO SANTO, G. S. Os incentivos fiscais da Sudene no Norte do Espírito Santo: notas introdutórias. In: Anais do Encontro de Economia do Espírito Santo, 8. São Paulo: Dialética, 2021. Disponível em: <<https://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/os-incentivos-fiscais-da-sudene-melhoram-os-indicadores-de-desenvolvimento-evidencias-do-norte-do-esprito-santo-37232>>. Acesso em: 8 mar. 2024.

LEAL, É. A. S.; NETO, G. G.; FELIPE, E. S. Os incentivos fiscais da Sudene melhoram os indicadores de desenvolvimento? Evidências do norte do Espírito Santo. In: Anais do Encontro Nacional de Economia Industrial e Inovação, 6. São Paulo: Blucher Engineering Proceedings, 2022. p. 627-646. Acesso em: 19 abr. 2024.

LUO, Y.; ZHANG, Z.; ZHENG, J.; HITE, D. The Neighborhood Effects of a Place-Based Policy—Causal Evidence from Atlanta’s Economic Development Priority Areas. **Sustainability**, MDPI, v.13, 2021. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/2071-1050/13/12/6808>>. Acesso em: 11 mar. 2024.

MELO, R. O. L.; FEITOSA, C. O. Nordeste 1952-2022: acerto com o passado e desafios para o presente e para o futuro. In: VALENTE JUNIOR, A. S. V.; ALVES, M. O.; SANTOS, C. R. C. dos. (org.). **Banco do Nordeste do Brasil: 70 anos de contribuição para o desenvolvimento regional**. Fortaleza: BNB, p. 15-63. 2022. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/handle/123456789/1255>>. Acesso em: 6 mar. 2024.

PAN, D.; FANG, P.; CHEN, S. Can place-based policies reduce urban-rural income inequality? Evidence from China’s Old Revolutionary Development Program based on county-level data. **Economic Research - Ekonomika Istraživanja, Informa UK Limited**, v.36, p. 1-24, 2023. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1331677X.2022.2164323>>. Acesso em: 22 mar. 2024.

PAN, D.; ZHOU, P.; KONG, F. Effect of place-based policy on regional economic growth: A quasi-natural experiment from China’s Old Revolutionary Development Program. **PLoS ONE, Califórnia**, 2023. Disponível em: <<https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0288901>>. Acesso em: 23 mar. 2024.

SESSA, C. B.; LEITE, D. F.; FELIPE, E. S.; LEAL, É. A. S.; FARIA, L. H. L.; TEIXEIRA, R. B.; MEDEIROS, R. L. Das recentes crises econômicas à crise da Covid-19: reflexões e proposições para o enfrentamento da pandemia na economia brasileira e capixaba. **Revista Ifes Ciência**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 40-62, 2020. Disponível em: <<https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ric/article/view/648>>. Acesso em: 1 fev. 2025.

VEGA, S. Revisiting a place-based policy: Transformations in Northeast Brazil. **Growth and Change**, Wiley, v. 52, 2021. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/grow.12567>>. Acesso em: 26 mar. 2024.

ZHOU, Z.; LIU, Z. The Impact of Place-Based Policies on Firm Performance: Evidence from China. **Sustainability**, MDPI, v. 15, 2023. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/2071-1050/15/8/6623>>. Acesso em: 28 mar. 2024.

## APÊNDICE A – LINHAS DE FINANCIAMENTO DO BANCO DO NORDESTE

| Linha de Financiamento                    | Objetivo                                                                                                                                                                                                                                   | Público                                                                                                                                                                                      |
|-------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Cartão BNB Agro                           | Facilitar a aquisição de colheitadeiras, tratores e microtratores, veículos, máquinas e equipamentos para mecanização da sua produção rural                                                                                                | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Produtores rurais</li> <li>• Produtores de sementes e mudas</li> </ul>                                                                              |
| Cartão BNB Agro Custeio Pecuário          | Facilitar o crédito para aquisição de insumos do setor pecuário, proporcionando agilidade, desburocratização, comodidade e eficiência                                                                                                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Produtores rurais</li> </ul>                                                                                                                        |
| Cartão BNB para Empresarial e Corporate   | Facilitar a aquisição de bens e insumos financiados junto a fornecedores cadastrados, levando mais agilidade e benefícios para empresas do setor industrial, de turismo, de comércio, de prestação de serviços e agroindústrias            | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pequena-média empresa</li> <li>• Média empresa</li> <li>• Grande empresa</li> </ul>                                                                 |
| Cartão BNB para Micro e Pequenas Empresas | Facilitar a aquisição de bens e insumos financiados com junto a fornecedores cadastrados, levando mais agilidade e benefícios à sua micro e pequena empresa                                                                                | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Microempresa</li> <li>• Pequena empresa</li> <li>• Microempreendedor Individual (MEI)</li> </ul>                                                    |
| Custeio Agrícola e Pecuário - FNE         | Suprimento de recursos financeiros destinados ao custeio, isolado e vinculado, independentemente da existência de termo de parceria, convênio ou protocolo entre o Banco e outras entidades                                                | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Produtores rurais</li> <li>• Cooperativas rurais</li> </ul>                                                                                         |
| FNE Agrin                                 | Desenvolver o segmento agroindustrial por meio da expansão, diversificação e aumento da competitividade das empresas                                                                                                                       | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Agroindústrias</li> <li>• Indústrias</li> <li>• Cooperativas rurais</li> <li>• Associações rurais</li> </ul>                                        |
| FNE Agro Conectado                        | Possibilitar a conexão no campo por meio do financiamento de equipamentos e estruturas de ligação à internet e de programas de software para incorporação de novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) em empreendimentos rurais | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Produtores rurais</li> <li>• Associações rurais</li> <li>• Cooperativas rurais</li> </ul>                                                           |
| FNE Aquipesca                             | Desenvolver a aquicultura e pesca por meio do fortalecimento e modernização da infraestrutura produtiva, embarcações oceânicas, uso sustentável dos recursos pesqueiros e preservação do meio ambiente                                     | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pequeno-médio produtor</li> <li>• Médio produtor</li> <li>• Grande produtor</li> <li>• Cooperativas rurais</li> <li>• Associações rurais</li> </ul> |
| FNE Comércio e Serviços                   | Desenvolver os setores de comércio e serviços, apoiando a integração, a estruturação e o aumento da competitividade                                                                                                                        | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Empresas do setor comercial</li> <li>• Empresas do setor de prestação de serviços</li> </ul>                                                        |

| Linha de Financiamento | Objetivo                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | Público                                                                                                                                                                                                                                        |
|------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| FNE Giro               | Apoiar a produção industrial e agroindustrial e as atividades turística, comercial, de prestação de serviços e de infraestrutura da Região, exceto para Empresas de Médio e Grande Porte                                                                                                                                    | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Empresas do setor de comércio</li> <li>• Empresas do setor de turismo</li> <li>• Empresas do setor de prestação de serviços</li> <li>• Indústrias</li> <li>• Cooperativas rurais</li> </ul>           |
| FNE Industrial         | Desenvolver o setor industrial, por meio da modernização, aumento da competitividade, ampliação da capacidade produtiva e inserção internacional                                                                                                                                                                            | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Indústrias</li> </ul>                                                                                                                                                                                 |
| FNE Inovação           | Promover a inovação em produtos, serviços, processos e métodos organizacionais nos empreendimentos                                                                                                                                                                                                                          | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Empresas de todos os portes, com enfoque em ME. Produtores rurais, cooperativas rurais e associações rurais</li> </ul>                                                                                |
| FNE Irrigação          | Desenvolver a agropecuária irrigada na área de atuação da Sudene, visando à diversificação das atividades produtivas, adoção de práticas sustentáveis, utilização de tecnologias modernas e ecoeficientes e o incremento da oferta de alimentos e matérias-primas agroindustriais                                           | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Produtores Rurais</li> <li>• Associações Rurais</li> <li>• Cooperativas Rurais</li> </ul>                                                                                                             |
| FNE MPE                | Desenvolver as microempresas, empresas de pequeno porte e de microempreendedores individuais (MEIs) dos setores industrial, agroindustrial, mineração, turismo, comércio, prestação de serviços e empreendimentos culturais, bem como a produção, circulação, divulgação e comercialização de produtos e serviços culturais | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Microempresa</li> <li>• Pequena Empresa</li> <li>• Microempreendedor Individual (MEI)</li> </ul>                                                                                                      |
| FNE P-Fies             | Financiar estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação                                                                                                                                                             | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pessoa Física</li> </ul>                                                                                                                                                                              |
| FNE Proatur            | Integrar e fortalecer a cadeia produtiva do turismo, contribuindo para a geração de emprego e para o desenvolvimento das potencialidades turísticas da região                                                                                                                                                               | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Empresas do Setor de Turismo</li> <li>• Pequena-média Empresa</li> <li>• Média Empresa</li> <li>• Grande Empresa</li> </ul>                                                                           |
| FNE Proinfra           | Ampliar serviços de infraestrutura econômica, dando sustentação às atividades produtivas da região                                                                                                                                                                                                                          | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Microempresa</li> <li>• Pequena Empresa</li> <li>• Pequena-média Empresa</li> <li>• Média Empresa</li> <li>• Grande Empresa</li> <li>• Consórcios de Empresas</li> <li>• Empresas Públicas</li> </ul> |

| Linha de Financiamento | Objetivo                                                                                                                                                                                                                                          | Público                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| FNE Rural              | Desenvolver a agropecuária e o setor florestal quando houver supressão de mata nativa, com a observância da legislação ambiental, exceto os que envolvam irrigação e drenagem                                                                     | Produtores Rurais: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Todos os portes</li> </ul> Produtores de Sementes e Mudanças: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Todos os portes</li> </ul> Associações Rurais: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Todos os portes</li> </ul> Cooperativas Rurais: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Todos os portes</li> </ul> |
| FNE Saúde Nordeste     | Fomentar o desenvolvimento do complexo econômico industrial da saúde, promovendo a modernização, o aumento da competitividade, a ampliação da capacidade produtiva e da capacidade de atendimento da cadeia produtiva do setor                    | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Empresas do Setor de Saúde</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| FNE Sol                | Financiar projetos de micro e minigeração distribuída de energia por fontes renováveis, inclusive de forma isolada, para consumo próprio do ou destinados à locação, reduzindo os custos com energia elétrica de forma sustentável para o planeta | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Empresas</li> <li>• Produtores Rurais</li> <li>• Pessoa Física</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                             |
| FNE Startup            | Fomentar o empreendedorismo, atraindo e mantendo na região capital humano e modelos de negócios com alto potencial de crescimento, por meio de apoio a startups de base tecnológica                                                               | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Startups</li> <li>• Pequena-média Empresa</li> <li>• Microempresa</li> <li>• Microempreendedor Individual (MEI)</li> </ul>                                                                                                                                                                                                            |
| FNE Verde              | Desenvolver empreendimentos e atividades econômicas que propiciam a preservação, a conservação, o controle e a recuperação do meio ambiente, com foco na sustentabilidade e na competitividade das empresas e cadeias produtivas                  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Produtores Rurais</li> <li>• Empresas</li> <li>• Cooperativas Rurais</li> <li>• Associações Rurais</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                         |

Fonte: Banco do Nordeste Brasileiro (2022b).